



SEÇÃO: ARTIGO

## Da razão *Cósmica* à razão de Estado: Foucault e a Ciência do Poder

*From Cosmic Reason to State Reason: Foucault and the Science of Power*

**Elvis de Oliveira**

**Mendes<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0003-1303-1319](https://orcid.org/0000-0003-1303-1319)

[elvis.oliver@live.com](mailto:elvis.oliver@live.com)

**Vagner Acácio de**

**Oliveira<sup>2</sup>**

[orcid.org/0000-0002-6532-9443](https://orcid.org/0000-0002-6532-9443)

[vagneracacio@gmail.com](mailto:vagneracacio@gmail.com)

**Recebido em:** 16/8/2020

**Aprovado em:** 8/9/2020

**Publicado em:** 19/2/2021

**Resumo:** O presente artigo pretende apresentar de que maneira Michel Foucault compreende a passagem do modo de governo baseado no modelo da pastoral das almas para o modelo de "governamentalidade" dos homens baseado no discurso científico (biopoder). Para tanto, se faz aqui uma análise de algumas aulas ministradas em seu curso "*Sécurité, territoire, population*" (Segurança, território e população) em 1978, no qual, Foucault introduz sua reflexão acerca de como se desenvolve a ideia de "Razão de Estado" e de soberania do poder em detrimento da mentalidade pastoral baseada no governo de acordo com o *cosmo* e na economia da salvação. Por fim, se alerta que embora, no discurso aconteça uma ruptura radical entre o modo antigo e o moderno, na prática esses modelos podem se cruzar.

**Palavras-chaves:** Razão Pastoral. Razão de Estado. Foucault. Governamentalidade. Biopoder.

**Abstract:** This article intends to present how Michel Foucault understands the transition from the mode of government based on the pastoral of souls model to the "governmentality" model of men based on scientific discourse (biopower). To this end, an analysis of some classes given in his course "*Sécurité, territoire, population*" (Security, territory and population) at 1978, where Foucault introduces his reflection on how the idea of "Reason of State" and the sovereignty of power over the pastoral mentality based on government according to the cosmos and the economy of salvation. Finally, it is warned that although in discourse there is a radical break between the old and the modern mode, in practice these models can intersect.

**Keyword:** Pastoral Reason. Reason of State. Foucault. Governmentality. Biopower.

### Introdução

O presente estudo tem como o objetivo precípuo apresentar a abordagem de Michel Foucault acerca da "passagem" da "pastoral das almas ao governo político dos homens", discutida pelo autor na aula de 8 de março de 1978, do curso *Sécurité, territoire, population* (Segurança, território e população). Nela, o filósofo pontua algumas das redistribuições globais que sancionaram esta "passagem", que culminará na coexistência dentro da prática política moderna de técnicas e métodos característicos do modelo pastoral.

No entanto, ao longo deste estudo não nos ocuparemos da consolidação desse conjunto de técnicas que se configurarão nessa "passagem", e sim dos elementos que se apresentam enquanto condições de base, mas sem perder de vista este resultado final em que há um entrelaçamento



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

<sup>1</sup> Universidade Federal de Uberlândia (UFU), João Pessoa, PB, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Minas Gerais

mento entre a pastoral das almas e o governo político dos homens e da população por meio de todo um arsenal de técnicas científicas que dispensam os rituais religiosos, como o interrogatório, a pedagogia, e todo o aparato coercitivo/disciplinar que compõe as modernas sociedades ocidentais, o que Foucault virá a chamar nesse mesmo curso de "Biopoder".

Já na aula precedente, datada de 1º de março de 1978, Foucault apontou para este entrelaçamento ao afirmar que "se de fato há nas sociedades ocidentais modernas uma relação entre religião e política, essa relação talvez não passe essencialmente pelo jogo entre Igreja e Estado, mas sim, entre o pastorado e o governo" (FOUCAULT, 2008, p. 253). Todavia, como o filósofo alertará ao longo do curso, essa relação não se trata de uma simples "passagem" e transferência das funções pastorais da Igreja para o Estado, mas de algo complexo, que deve ser contextualizado dentro das revoltas pastorais deflagradas ao longo dos séculos XV e XVI, que marcam a crise do pastorado religioso, assim como no "momento" da fundação da *episteme* clássica entre os séculos XVI e XVII.

Portanto, ao longo deste trabalho nos ocuparemos desses elementos de base que condicionam e contextualizam esta transição, a qual não se trata de uma "transição" entre duas coisas essencialmente diferentes e paralelas, como se existissem em si mesmas na forma de uma unidade, mas de algo que está intimamente entrelaçado, uma vez que, como afirma Foucault:

Farei duas observações. Primeiro, claro, vai haver, entre o poder pastoral da Igreja e o poder político, uma série de interferências, de apoios, de intermediações, toda uma série de conflitos, evidentemente (...) de modo que o entrecruzamento do poder pastoral e poder político será efetivamente uma realidade histórica no ocidente. Mas creio, e este ponto é fundamental, que apesar de todas essas interferências, apesar de todos esses entrecruzamentos, esses apoios, essas intermediações, em sua forma, em seu tipo de funcionamento, em sua tipologia, em sua tecnologia interna, o poder pastoral vai permanecer absolutamente específico e diferente do poder político, pelo menos até o século XVIII. Ele não funciona da mesma maneira, e ainda que sejam os mesmos personagens a exercer o poder pastoral e o poder político, e Deus sabe quanto isso se fez no Ocidente cristão, ainda que

a Igreja e o Estado, a Igreja e o poder político tivessem todas as formas de aliança que se possa imaginar, creio que essa especificidade foi um traço absolutamente característico do Ocidente cristão. Segunda observação: a própria razão dessa distinção é um problema histórico e, pelo menos para mim, um enigma (FOUCAULT, 2008, p. 205).

Tendo em vistas estes apontamentos iniciais, na segunda seção deste trabalho trataremos da importância das revoltas pastorais e seus desdobramentos, isto é; a intensificação do problema da questão da conduta e do governo dos homens, que Foucault nomeia de crise do pastorado. Na terceira seção focaremos nossa atenção no papel desempenhado pela fundação da *episteme* clássica e nos impactos dos novos discursos e práticas científicas na corroboração deste entrecruzamento e "passagem" da pastoral das almas ao governo político dos homens, assim, a buscar em considerável medida, atender as demandas de contextualização aludidas pelo autor (FOUCAULT, 2008, p. 305-306), a partir das quais podemos estabelecer, em sua dimensão conflituosa, àquilo que o autor concebe como uma espécie de quiasma ou jogo de cruzamento – uma

multiplicidade de processos extraordinariamente diversos em que encontraríamos justamente essas resistências ao pastorado, essas insurreições de conduta, em que encontraríamos o desenvolvimento da álgebra, a saber, as experiências da queda dos corpos [...] a mostrar quais foram os fenômenos de coagulação, de apoio, de fortalecimento recíproco, de coesão e integração (FOUCAULT, 2008, p. 319).

## 1 A Crise do Pastorado Cristão

O pastorado se constitui enquanto uma forma de poder específica no ocidente com o advento de um acontecimento totalmente inaudito que, segundo Foucault, não encontra par na história da civilização, a saber, quando a religião cristã passa pelo processo de institucionalização, organiza-se nos termos de uma Igreja e estrutura-se enquanto uma forma de poder que tem por objetivo conduzir os homens em sua vida cotidiana, dando origem "a toda uma imensa rede institucional que não encontramos em nenhuma outra parte" (FOU-

CAULT, 2008, p.218), que se estabelece enquanto um conjunto de técnicas e práticas disposto de modo a assegurar e expandir o domínio do pastorado sobre a conduta dos homens em toda a esfera e dimensão de sua vida. Deste modo:

A verdadeira história do pastorado, como foco de um tipo específico de poder sobre os homens, a história do pastorado como modelo, como matriz de procedimentos de governo dos homens, essa história do pastorado no mundo ocidental só começa com o cristianismo. [...] Sem dúvida seria necessário dizer, se não com maior precisão, pelo menos com um pouco mais de exatidão, que o pastorado começa com certo processo que, este sim, é absolutamente único na história e de que sem dúvida não encontramos nenhuma exemplo em nenhuma outra civilização: processo pelo qual uma religião, uma comunidade religiosa se constitui como Igreja, isto é, como uma instituição que aspira ao governo dos homens em sua vida cotidiana a pretexto de levá-los à vida eterna no outro mundo, e isso na escala não apenas de um grupo definido, não apenas de uma cidade ou de um Estado, mas de toda a humanidade. Uma religião que aspire assim ao governo cotidiano dos homens em sua vida real a pretexto da sua salvação e na escala da humanidade – é isso a Igreja, e não temos disso nenhum outro exemplo na história das sociedades (FOUCAULT, 2008, p. 196).

Esta modalidade específica de poder que tem por objeto estabelecer a conduta dos homens põe em prática um conjunto de técnicas que permite conduzi-los de acordo com a meta/alvo (FOUCAULT, 2008, p. 256), está essencialmente ligada a três temas centrais através dos quais se efetiva o poder do pastorado sobre a conduta cotidiana dos homens, quais sejam: a salvação, a lei e a verdade.

Estes elementos, que se constituem como o núcleo do pastorado cristão, instauram uma relação de dependência integral entre o pastor e o rebanho, ou, entre os representantes da ordem da Igreja e seus fiéis. Isto porque o pastor estava encarregado da salvação de seu rebanho, ao mesmo tempo em que prescrevia a lei e ensinava os assuntos relativos à verdade. Todos estes encargos integravam o papel de zelo do pastor para com a salvação do rebanho, legitimavam sua autoridade sobre os devotos, a exigência de uma obediência irrestrita e a sujeição às práticas e técnicas de exame e controle de consciência que instauravam um poder real sobre a conduta

dos homens, que se realizava "por uma observação, uma vigilância, uma direção exercida a cada instante e da maneira menos descontinua possível, sobre a conduta integral, total, das ovelhas" (FOUCAULT, 2008, p. 238-239).

É precisamente sobre esta intenção do poder pastoral de monopolizar a conduta dos homens sobre o pretexto de conduzi-los à salvação e a beatitude da vida eterna que Foucault localizará uma série de movimentos que cumprem um papel essencial para a compreensão da "passagem" da pastoral das almas ao governo político dos homens. Entre os séculos XIII e XVIII, segundo o autor, deixa-se entrever uma série de movimentos que resistem à direção de conduta promovida pelo pastorado cristão. O conjunto desses movimentos, que ele nomeia de "contraconduta", anuncia a crise da pastoral.

No entanto, cabe ressaltar que estas revoltas não surgiram de fora dela, mas do interior de seu campo de ação e influência, o que, paradoxalmente, resultará numa transformação profunda do pastorado, como acontece com a deflagração da Reforma protestante no século XVI. Este ponto é importante para compreender que a crise do pastorado não deve ser entendida como seu desaparecimento, mas nos termos de sua "explosão", disseminação e multiplicação.

Quanto a isso, Foucault observa na aula de 15 de fevereiro de 1978, do curso "Segurança, território e população", que:

afinal de contas, todas as lutas que perpassaram não apenas a Igreja cristã, mas o mundo cristão, isto é, todo o mundo ocidental, do século XIII até os séculos XVII e XVIII, todas estas lutas, enfim uma grande parte dessas lutas, foram lutas em torno de e a propósito do poder pastoral. De Wyclif a Wesley, do século XIII ao século XVIII, todas essas lutas que culminaram nas guerras religiosas eram fundamentalmente lutas para saber quem teria efetivamente o direito de governar os homens, governar os homens em sua vida cotidiana, nos detalhes e na materialidade que constituem a existência deles, para saber quem tem esse poder, de quem o recebe, como o exerce, com que margem de autonomia para cada um, qual a qualificação para os que exercem esse poder, qual o limite de sua jurisdição [...] embora seja verdade que a Reforma foi sem dúvida muito mais uma batalha pastoral do que uma grande batalha doutrinal, embora seja verdade que o que estava em jogo com a reforma era a maneira

como o poder pastoral era exercido, o que saiu da Reforma, ou seja, um mundo protestante ou um mundo de Igrejas protestantes e a Contra-Reforma [...] não eram mundos sem pastorado. Ao contrário, foi um prodigioso fortalecimento do poder pastoral que saiu dessa série de agitações e revoltas que se inicia no século XIII e se estabiliza, grosso modo, nos séculos XVII e XVIII (FOUCAULT, 2008, p. 198).

Portanto, diante disso, a crise do pastorado se anuncia nesses movimentos de "contracondutas", que implicam uma intensificação e multiplicação do pastorado, expressos através da problematização do tema da conduta, pelo interesse de "ser conduzido de outro modo, por outros condutores e por outros pastores, para outros objetivos e para outras formas de salvação, por meio de outros procedimentos e de outros métodos" (FOUCAULT, 2008, p. 257). Na aula de 1º de março de 1798, do curso "Segurança, território e população", ele destaca cinco formas principais dessas "contracondutas" que se desenvolveram ao longo da Idade Média, e que tendiam a desqualificar parcial ou integralmente o poder pastoral, agindo contra sua economia da salvação, da obediência e da verdade, as quais, como já mencionadas anteriormente, constituem o objetivo, o domínio de intervenção e efetivação do poder pastoral (FOUCAULT, 2008, p. 270). São elas, respectivamente, o ascetismo, as comunidades, a mística, a Escritura e a escatologia.

O ascetismo, segundo Foucault, é totalmente incompatível com a estrutura do pastorado cristão por se caracterizar enquanto um exercício de si sobre si mesmo, orientado por um critério de dificuldade crescente que tem por objetivo o reconhecimento de seus limites e superação dos mesmos, visando assim atingir um estado de *apathéia*, isto é, o autocontrole e o domínio de si mesmo, sobre seu corpo e o sofrimento. A incompatibilidade torna-se evidente diante do fato de que este exercício ascético prescinde do olhar e da presença de outro, assim como recusa à obediência irrestrita e a abdicação da vontade pessoal exigidos pelo pastorado cristão, furta-se ao exame e a condução da consciência. Nas suas palavras, "é totalmente incompatível com uma estrutura do pastorado que implica

[...] uma obediência permanente, uma renúncia à vontade [...]. O ascetismo é uma espécie de obediência exasperada e controvertida, que se tornou domínio de si egoísta. [...] que assegura precisamente sua inacessibilidade por um poder exterior" (FOUCAULT, 2008, p. 273-274).

As comunidades, por sua vez, apresentam-se enquanto uma recusa da autoridade do pastor e das justificações teológicas e eclesiológicas que legitimam suas prerrogativas de condução sobre a vida cotidiana dos homens sob o pretexto de conduzi-los à salvação. Assim, rejeitou-se o poder sacramental do pastor, seu poder de interferência e de absolvição que se ancoravam sobre o pressuposto de sua eleição divina por parte de Deus, incidindo dessa forma contra o dimorfismo instaurado pela Igreja entre padres e leigos, que caracterizava a organização da pastoral cristã.

Deste modo, optaram pela substituição do dimorfismo pela eleição provisória, imputada pela vontade da comunidade, a partir do qual a eficácia do padre para a salvação se torna nula. "Nesta medida [...] exclui toda essa organização do poder pastoral, essa eficácia do poder pastoral que encontramos na Igreja" (FOUCAULT, 2008, p. 278).

A mística estrutura-se em torno do privilégio de uma experiência que, segundo Foucault, por definição, escapa ao poder pastoral, o que lhe furta a economia da verdade, de seu ensino ao exame da consciência, a partir dos quais a alma se mostra ao pastor por meio de um exame e de todo um sistema de confissão. Isto porque, na mística, a alma vê a si mesma, vê Deus em si mesma, concebida enquanto revelação imediata de Deus à alma, instaurando assim uma relação direta para com Deus que prescinde do intermédio e da autoridade do pastor.

Nesse sentido, ela é fortemente marcada por ser uma experiência que eleva a ignorância ao primeiro plano, à condição de saber, "nesta medida [...] está longe dessa forma de ensino que caracterizava a pastoral. Ainda na pastoral, era necessário haver uma direção da alma individual pelo pastor e, no fundo, nenhuma comunicação da alma com Deus podia ser feita se não fosse [...] controlada pelo pastor" (FOUCAULT, 2008, p. 281).

Por fim, quanto às duas últimas formas de contracondutas apresentadas por Foucault, a Escritura e a crença escatológica, ambas, de forma diferente, desqualificam a importância do pastor e dos mecanismos institucionais do pastorado. A primeira, por privilegiar um conhecimento profundo dos textos sagrados, em que "o pastor pode comentar, pode explicar o que é obscuro, pode designar o que é importante, mas o fará, de qualquer modo, para que o leitor possa ler por si próprio a Escritura" (FOUCAULT, 2008<sup>a</sup>, p. 282). A segunda, parte do ponto de vista de que o tempo se esgotou, que a promessa foi cumprida e que o verdadeiro pastor, Deus, está prestes a voltar para reunir o rebanho, "já que ele é o verdadeiro pastor que vem para reunir seu rebanho, ele pode dispensar os pastores, os pastores da história e do tempo" (FOUCAULT, 2008, p. 282).

Assim, estes movimentos de "contraconduta", como apresentados acima, exprimem-se enquanto uma problematização do tema da conduta e do governo dos homens, "certo número de temas, de formas religiosas, de preocupações religiosas que vão desembocar na explosão da Reforma, da grande crise religiosa do século XVI" (FOUCAULT, 2008, p. 284). A própria Reforma protestante, segundo Foucault, está inserida dentro destes movimentos de insubordinação ao pastorado cristão, que dá origem a uma série de seitas e de comunidades que têm por problema precisamente a questão da condução dos homens em suas vidas cotidianas, a qual representa, junto da Contrarreforma, os dois grandes tipos de reorganização da pastoral religiosa, nos quais estão incorporados e redistribuídos muitos dos elementos característicos dos movimentos de "contraconduta" que se desenvolveram ao longo da Idade Média, como explica Foucault na passagem a seguir:

[...] é preciso recordar os dois grandes tipos de reorganização da pastoral religiosa, seja a forma das diferentes comunidades protestantes, seja sob a forma, evidentemente, da grande Contra-Reforma católica. Igrejas protestantes, Contra-Reforma católica que, ambas, reintegraram muitos dos elementos que haviam sido característicos dessas contracondutas de que eu lhes falava há pouco. A espiritualidade, as formas intensas de devoção, o recurso à es-

critura, a requalificação pelo menos parcial do ascetismo e da mística, tudo isso faz parte dessa espécie de reintegração da contraconduta no interior de um pastorado religioso, organizado nas Igrejas protestantes, seja na Contra-Reforma (FOUCAULT, 2008, p. 307).

Esta problematização da temática da conduta é um tópico central para a compreensão da "passagem" da pastoral das almas para o governo político dos homens. Isto porque, segundo Foucault, permitem mostrar "como se abriu a crise do pastorado e como o pastorado pôde de certo modo explodir, disseminar-se e adquirir a dimensão da governamentalidade, ou ainda, como o problema do governo, da governamentalidade pôde se colocar a partir do pastorado" (FOUCAULT, 2008 p. 255). O que está em jogo com esta abordagem da problematização da conduta é precisamente a questão do governo dos homens, sua intensificação, multiplicação e proliferação para além dos domínios da pastoral cristã, colocando em primeiro plano precisamente a questão e a temática do governo dos homens, que assumirá dimensões que fogem ao escopo da autoridade eclesiástica, disseminando-se para a esfera privada e para a esfera pública, promovendo assim uma autonomização e mundanização do tema do pastorado que culminará na problematização da *res publica*, cujo momento inaugural é o século XVI, e que nos permite visualizar o "processo de re-significação do poder pastoral e de sua expansão de um sentido estritamente religioso e moral para uma concepção político e social" (SANTOS, 2010a, p. 54). Portanto, como enfatiza Foucault:

Não houve, portanto, uma passagem do pastorado religioso a outras formas de conduta, de condução, de direção. Houve na verdade intensificação, multiplicação, proliferação geral dessa questão e dessa temática da conduta. Com o século XVI, entramos na era das condutas, na era das direções, na era dos governos (FOUCAULT, 2008, p. 309).

Segundo Foucault, assiste-se no século XVI ao desenvolvimento do problema da condução do governo dos homens que extrapola até mesmo a autoridade eclesiástica, e abarca tanto a esfera privada como a pública, o que gera a

necessidade de responder de forma emergencial, questões do tipo: "como se conduzir? Como conduzir a si mesmo? Como conduzir os filhos? Como conduzir a família?". Quando transpostas para o âmbito da esfera pública, no domínio que mais tarde se chamará "o político", a questão é: "como, em que medida, o exercício do poder soberano pode e deve ser lastreado com um certo número de tarefas que não lhe eram, até então, reconhecidas e que são justamente tarefas de condução?", conclui o autor: "O soberano [...] se vê, a partir desse momento, encarregado [...] da condução das almas" (FOUCAULT, 2008, p. 309). Assim, como observa Santos (2010a, p. 55), estas questões estão ligadas à conduta privada e ao governo particular, de um lado, e à condução e ao governo da ordem pública, do outro.

Com a colocação do problema da condução e do governo dos homens para o âmbito da esfera pública, logo se desdobra outro problema, que é a busca pela definição de uma forma de governo que seja específica em relação ao exercício da soberania, em outros termos, a emergência da especificidade do nível e da forma do governo, que, segundo Foucault, é a demanda que caracteriza o pensamento político no fim do século XVI e no início do século XVII. Esta especificidade é precisamente o governo, concebido enquanto algo que é mais do que o mero exercício da soberania, diferente do pastorado e o qual não tem modelo, cuja busca desemboca na necessidade de encontrar a arte de governar e a modalidade de racionalidade que a efetiva dentro desse processo nascente da "governamentalização" da "*res pública*", sobre isso, Foucault afirma que:

Pede-se ao soberano que faça mais do que exercer a soberania, pede-se a ele, ao fazer mais do que exercer sua pura e simples soberania, que faça algo diferente de Deus em relação à natureza, do que faz o pastor em relação às suas ovelhas, do que faz o pai de família em relação aos seus filhos. Em suma, pede-se a ele um suplemento em relação à soberania, pede-se a ele uma diferença, uma alteridade em relação ao pastorado. E o governo é isso. É mais do que a soberania, é um suplemento em relação à soberania, é diferente do pastorado, e esse algo que não tem modelo, que deve buscar seu modelo, é a arte de governar. Quando se houver encontrado a arte de governar, saber-se-á de acordo com que tipo de racionalidade

se poderá fazer essa operação que não é nem a soberania nem o pastorado. Donde o que está em jogo, donde a questão fundamental desse fim de século XVI: o que é a arte de governar? (FOUCAULT, 2008, p. 317).

Esta demanda por especificidade do governo, da busca pela arte de governar, que encontrará seu sentido na razão de Estado, tópico que Foucault discute especificamente na aula de 15 de março, de 1978, do curso "Segurança, território e população", levantará outros dois problemas. O primeiro está relacionado à dificuldade de traçar sobre quais domínios específicos deveriam voltar-se a atenção do governante quando governa os homens, uma vez que não se trata mais dos mesmos que antes eram atribuídos ao poder pastoral; o segundo apresenta-se nos termos da dificuldade de traçar sob qual tipo de pensamento, de cálculo, de racionalidade usar para administrar um conjunto de homens no âmbito da soberania. Portanto, não se trata mais de continuar fazendo uso de uma razão pastoral, mas de descobrir qual modo de razão governamental seria a mais eficiente.

[...] em que medida quem exerce o poder soberano deve encarregar-se agora de tarefas novas e específicas, que são as do governo dos homens? Dois problemas de imediato: primeiro, de acordo com que racionalidade, que cálculo, que tipo de pensamento será possível governar os homens no âmbito da soberania? Problema do tipo de racionalidade, portanto. Em segundo lugar, problema do domínio e dos objetos: o que, especificamente, deve ser objeto desse governo dos homens, que não é o da Igreja, que não é o do pastorado religioso, que não é o da ordem privada, mas que é uma incumbência e da alçada do soberano e do soberano político? [...] Ou seja: de acordo com que racionalidade o soberano deve governar? [...] por contraste com a *ratiopastoralis*, qual deve ser a *ratiogubernatoria*? (FOUCAULT, 2008, p. 311).

O desenvolvimento destes problemas, que culminará numa ampla discussão e disputa sobre a arte de governar e sobre a razão de Estado, e que são responsáveis pelo fortalecimento do Estado e toda sua extensão governamental sobre a coisa pública e condução dos homens, que caracteriza esta "passagem" da economia das almas ao governo dos homens e da população, está intimamente relacionado com outro conjunto

de fenômenos, os quais se entrecruzam e se auto influenciam, a saber, a circulação dos discursos científicos emergidos com a fundação da *episteme* clássica entre os anos de 1580 e 1650. Na próxima seção apresentaremos a importância desses discursos para a efetivação dessa especificidade da arte de governar, que ganhará sua forma na complexa trama de condução que é o Estado, concebido nos termos de sua racionalidade própria, a saber, a razão governamental, distinta da economia e da razão propriamente pastoral, embora não signifique o desaparecimento do pastorado, uma vez que a governamentalidade é uma instrumentalização voltada para a gestão dos indivíduos, individualizados nos termos de uma população que deve ser salva, no sentido mundano do termo, contra os perigos internos e externos, por exemplo, por recursos e tecnologias propriamente científicas, a partir dos quais são ordenados, conduzidos e submetidos a outra espécie de economia da salvação.

Portanto, nesta primeira seção nos ocupamos de apresentar os principais elementos delineados por Foucault ao longo da aula de 8 de março, de 1978, do curso "Segurança, território e população". Eles se concentram sobre a crise do pastorado cristão, concebido nos termos de sua intensificação, multiplicação e disseminação através dos movimentos de "contraconduta" desenvolvidos ao longo de toda a Idade Média, que colocam em primeiro plano a questão da condução e do governo dos homens. Mais tarde ele se estendeu para além do registro da autoridade eclesiástica, assumindo espaço na esfera privada e pública, para ganhar assim, um contorno propriamente político com a emergência da problematização e governamentalização da coisa pública e a necessidade de uma nova racionalidade, a qual não é mais a racionalidade pastoral, mas sim a racionalidade do Estado, a razão de Estado. Por fim, nesta próxima seção nos ocuparemos deste outro elemento, a saber, a desgovernamentalização do *cosmos*, instaurado com a fundação da *episteme* clássica e a circulação das novas práticas e discursos científicos.

## 2 A Desgovernamentalização do *Cosmos*

Dentro desse contexto geral de intensificação, multiplicação e proliferação do pastorado, levado a cabo pelos movimentos de "contraconduta", a disseminação do problema da condução do governo dos homens para além da autoridade eclesiástica, ganhou espaço a partir do século XVI, tanto na esfera da dimensão privada da condução como também no âmbito da condução e do governo da coisa pública. Sobre isso, Foucault apresenta outro conjunto de fenômenos que participaram ativamente deste processo de "transição" paulatina da pastoral das almas ao governo político dos homens e da população. Este conjunto de fenômenos corroborou de forma decisiva para o problema da especificidade do governo que assumiu o primeiro plano nos debates teóricos do pensamento político no fim do século XVI e início do século XVII.

Em primeiro lugar, esses fenômenos permitem a emergência da diferença específica entre o governo dos homens na esfera política com relação à forma de condução e governo própria do pastorado cristão, o que abriu espaço para o estabelecimento das novas tarefas atribuídas ao soberano. Em segundo lugar, isso ocorre através da inauguração das condições para a emergência de uma nova racionalidade, de uma racionalidade propriamente política, rompendo assim com a racionalidade pastoral. Esse conjunto de fenômenos diz respeito aos novos discursos científicos postos em circulação com a fundação da *episteme* clássica, entre os anos de 1580-1650, com os quais se anuncia o rompimento da razão pastoral de governo e condução dos homens.

No desenvolvimento deste tema, Foucault pergunta "o que é, no fundo, governar o mundo pastoralmente?" (FOUCAULT, 2008, p. 314). O mundo governado pastoralmente está submetido e conformado a toda uma economia da salvação, da obediência e da verdade. Assim, na ótica da economia pastoral, o mundo tem uma dimensão antropocêntrica que se desenvolve e se estrutura dentro da concepção de um mundo dotada de causas e propósitos finais que culminavam no homem.

Concebido desta maneira, o mundo era feito

para os homens, para que eles pudessem nele construir sua salvação, ao mesmo tempo em que o homem não era feito para viver definitivamente neste mundo, mas, pelo contrário, para fazer a transição para um além extramundano. Por outro lado, a economia da obediência fixava um governo de Deus sobre a natureza, uma natureza carregada de mistérios, sinais e encantos, enquanto que a economia da verdade conduz novamente aos mistérios e aos desígnios de Deus, uma verdade que se oculta ao mesmo tempo em que se desvela e vice-versa, cujo ensino e aprendizado se realizavam através da semelhança e da analogia. Em todo caso, um mundo que se perde em cifras, em enigmas, sinais, cifras:

[...] isso queria dizer que o mundo estava submetido a uma economia da salvação, isto é, que ele era feito para que o homem construísse sua salvação. Ou seja, mais precisamente ainda, as coisas do mundo eram feitas para o homem e o homem não era feito para viver neste mundo, em todo caso não era feito para viver definitivamente neste mundo, e sim para ir para um outro mundo. O mundo governando pastoralmente, conforme a economia da salvação era [...] um mundo de causas finais que culminavam no homem que, ele próprio, devia construir sua salvação nesse mundo. Causas finais e antropocentrismo, era bem isso bem isso uma das formas, uma das manifestações, um dos sinais do governo pastoral de Deus sobre o mundo. Governar o mundo pastoralmente queria dizer [em segundo lugar] que o mundo estava submetido a toda uma economia da obediência: cada vez que Deus, por uma razão particular [...] intervir por uma razão qualquer, quando se tratava da salvação ou da perda de alguém [...] ele intervinha neste mundo de acordo com a economia da obediência. Quer dizer, ele obrigava os seres a manifestar sua vontade por sinais, prodígios, maravilhas, monstruosidades [...]. Uma natureza pastoralmente governada

era [...] uma natureza povoada de prodígios, de maravilhas e sinais. [...] um mundo governado pastoralmente era um mundo no qual havia uma economia da verdade, como encontramos no pastorado: verdade ensinada, de um lado, verdade oculta e extraída, do outro. [...] no qual as verdades eram ensinadas por si mesmas, eram ensinadas essencialmente sob a forma da remissão recíproca de uma a outra, isto é, da semelhança e da analogia. Era, ao mesmo tempo, um mundo dentro do qual era necessário decifrar verdades ocultas, que se ofereciam ocultando-se e se ocultavam oferecendo-se, isto é, um mundo repleto de cifras, de cifras que se tinha de codificar. Um mundo inteiramente finalista, um mundo antropocentrado, um mundo de prodígios, de maravilha e de sinais, enfim, um mundo de analogias e cifras – é isso que constitui a forma manifesta de um governo pastoral de Deus sobre o mundo (FOUCAULT, 2008, p.315-316).

A circulação desses novos discursos científicos se opõe precisamente a esta visão de mundo do pastorado cristão, que apresenta uma ligação direta existente entre Deus e o mundo, e a qual serve de fundamento para a legitimidade da condução e do governo do soberano em analogia com o governo de Deus sobre a natureza, como Foucault mostra ao retomar o pensamento escolástico, mais precisamente de São Tomás de Aquino. Tendo em vista o problema da demanda da especificidade do governo que emerge no fim do século XVI e início do século XVII, a concepção pastoral, exemplificada por Tomás de Aquino<sup>3</sup>, não demarca uma diferença específica entre governo e o soberano, muito pelo contrário, defende um "*continuum* teológico cosmológico"<sup>4</sup> que estreitava a relação entre o governo divino do mundo celeste e o governo humano do mundo terrestre (FOUCAULT, 2008, p. 313).

<sup>3</sup> Sobre isso, Foucault afirma que: "Analogias do governo quer dizer o quê? O soberano, na medida em que governa, não faz nada mais do que reproduzir certo modelo, [que] é simplesmente o governo de Deus na terra. São Tomás explica: em que consiste a excelência de uma arte? Em que medida uma arte é excelente? Na medida em que imita a natureza. Ora, a natureza é regida por Deus, porque Deus criou a natureza e não cessa de governá-la todos os dias. A arte do rei será excelente na medida em que imitar a natureza, isto é, em que fizer como Deus. E assim como Deus criou a natureza, o rei será aquele que fundará o Estado ou a cidade, e como Deus governa a natureza, o rei governará seu Estado, sua cidade, sua província. [...] Segunda analogia, segunda continuidade: [...] Não há nada no mundo, diz São Tomás, em todo caso não há nenhum animal vivo cujo corpo não está imediatamente exposto à perda, à dissociação e à decomposição, se não houvesse nela certa força diretiva, certa força vital que mantém juntos esses diferentes elementos de que são compostos os corpos vivos e que organiza todos eles em função do bem comum. [...] O mesmo se dá num o reino. [...] É necessário portanto que haja no reino algo que corresponda ao que é a força vital, a força diretiva do organismo, e esse algo que vai dirigir as tendências de cada um ao seu próprio bem no sentido do bem comum vai ser o rei. [...] terceira analogia, terceira continuidade com o pastor e com o pai de família, porque, diz São Tomás, o fim último do homem não é, evidentemente, ficar rico, nem mesmo ser feliz na terra, não é ter boa saúde. Aquilo que o homem finalmente tende é a felicidade eterna, o gozo de Deus. A função real deve ser o quê? Deve ser a de proporcionar o bem comum da multidão segundo um método que seja capaz de lhe fazer alcançar a beatitude celeste. E nessa medida vemos que, fundamentalmente, substancialmente, a função do rei não é diferente d do pastor para com suas ovelhas, nem do pai de família para com a sua família. Ele tem de fazer de tal modo que, nas decisões terrestres e temporais que ele toma, a salvação eterna dos indivíduos não apenas não seja comprometida, mas seja possível" (2008, p. 313).

<sup>4</sup> *continuum* teológico-cosmológico é aquilo que em nome do que o soberano está autorizado a governar e que proporciona modelos segundo os quais o soberano deve governar (FOUCAULT, 2008, p.313).



Portanto, existe uma continuidade que é retratada, segundo o autor, por meio de alguns modelos externos, algumas analogias de governo que traçam os possíveis perfis de paradigmas que o governante pode ter em vista para exercer bem seu papel. São três as analogias: analogia com Deus, analogia do rei com a força vital de um organismo e, por último, analogia do governo do pastor sobre as ovelhas ou do pai sobre a família.

Segundo Foucault, com os já mencionados novos discursos científicos postos em circulação, instala-se um processo de ruptura radical com o "continuum cosmológico-teológico" presente em São Tomás de Aquino, e que é característico da economia do governo pastoral. Todo o efeito de mistério e segredo que as metáforas pastorais queriam passar por meio de suas analogias foi desvelado e desencantado por esta visão de mundo propriamente científica que emergia, da qual ele destaca as descobertas astronômicas de Copérnico e Kepler, a redefinição da física por Galileu, a concepção de uma nova história natural por John Ray e a criação da gramática de *Port-Royal*, que alteraram completamente o significado do governo divino sobre a terra (FOUCAULT, 2008, p. 314).

Este conjunto de discursos e práticas se insere dentro do contexto dos debates sobre o problema do político e, sobretudo, da condução e governo dos homens. Para o autor, por uma espécie de quiasma, que revelou podemos assim dizer, um mundo "sem" Deus – um mundo que não é governado por Deus nos moldes da pastoral, demarcou assim o rompimento com a pastoral cristã; nas palavras do filósofo francês o papel dessas novas práticas e linguagens:

foi mostrar que, no fundo, Deus rege o mundo somente por leis gerais, leis imutáveis, leis universais, leis simples e inteligíveis, que eram acessíveis seja na forma da medida e da análise matemática, seja na forma da análise classificatória, no caso da história natural, e da análise lógica, no caso da gramática geral. Deus rege o mundo somente por leis gerais, imutáveis, universais, simples e inteligíveis, quer dizer o quê? Quer dizer que Deus não o governa. Não o governa no modo pastoral. Ele reina soberanamente sobre o mundo através de princípios (FOUCAULT, 2008, p. 314).

A partir de então se abria uma nova concepção de mundo, um mundo que não era mais comensurado pela economia de governo da pastoral; um mundo finalista, antropocentrado, perpassado por todos os lados por analogias, metáforas e cifras que tinham que ser codificadas, cujo comando se encontrava nas mãos de Deus e de seus representantes terrestres, havia chegado ao fim. Esta concepção que assume o cenário entre o fim do século XVI e XVII era a de um mundo purgado de seus prodígios, que já não passava mais pelas analogias e pelas cifras, mas que agora estava submetido à outra forma de economia, a um novo modelo de racionalidade que se opunha e se distinguia da razão pastoral, e que ganhava forma e concretude nestes novos discursos e práticas científicas que se erguiam neste momento da história do ocidente e que formariam o espaço no qual se constituiria a razão da governamentalidade política, da condução e do governo dos homens e da população (FOUCAULT, 2008, p. 316).

Portanto, a fundação da *episteme* clássica tem este efeito geral que afeta decisivamente a maneira como se pensava os aspectos relacionados à questão do governo dentro dos debates acerca de sua especificidade e a busca pela "arte de governar", a qual exige um suplemento com relação à soberania e uma diferença para com o pastorado. Acerca das novas exigências que se tornam emergentes com essa nova visão Foucault afirma que:

O que é próprio do soberano, no exercício da soberania, em relação aos seus súditos, não é que ele tem apenas de prolongar na terra uma soberania divina que se repercutiria, de certo modo, no continuum da natureza. Ele tem uma tarefa específica, que ninguém mais tem [de desempenhar]. Nem Deus em relação à natureza, nem a alma em relação ao corpo, nem o pastor ou o pai de família em relação às suas ovelhas ou aos seus filhos. Algo absolutamente específico: essa ação é a que consiste em governar e para a qual não se tem um modelo, nem do lado de Deus, nem do lado da natureza (FOUCAULT, 2008, p. 316-317).

Neste cenário complexo e desencantado, permanece a questão própria do soberano em sua singularidade e novidade, a qual se desenvolverá numa atmosfera de racionalidade diferente da

racionalidade pastoral como pudemos observar. Por fim, ao longo deste estudo procuramos ilustrar os elementos discutidos por Foucault na aula de 8 de março, de 1978, do curso "Segurança, território e população", que foram decisivos para a compreensão da passagem da pastoral das almas ao governo político dos homens e da população, que são: o processo de crise do pastorado, sua intensificação, multiplicação e proliferação, que foi levado a cabo pelos movimentos de "contra-conduta", que disseminaram assim o problema da condução e do governo dos homens para além do âmbito da autoridade eclesiástica, isto é, sua inserção na esfera privada da condução e do governo, e, portanto, no âmbito da condução e do governo da coisa pública.

Por último, procuramos destacar a importância da fundação da *episteme* clássica para o processo que Foucault chamou de "desgovernamentalização do cosmo", o qual se apresenta enquanto o momento decisivo para se compreender o rompimento com a racionalidade pastoral. E, com isso, criando o cenário no interior do qual se constituirá a racionalidade propriamente política de condução e governo dos homens em sua dimensão especificamente política.

No entanto, vale dizer que Foucault através de sua genealogia do Estado observa que esse processo que marca a ruptura histórica com o modo antigo de governo, a saber, o da pastoral, baseado nas narrativas mágicas e no poder coercitivo da tradição e da economia da salvação não foi totalmente superado. Pois, ao que parece todo aparato moderno de burocratização e "cientificação" que consolidou a "razão de Estado", cujo sua promessa era libertar as sociedades do obscurantismo místico da autoridade eclesiástica e fundar um governo puramente racional e, por isso, emancipador dos indivíduos fracassou.

O que o filósofo analisa nesse campo, é que as democracias liberais modernas na verdade montaram uma estrutura epistêmica baseada no positivismo jurídico para legitimar cientificamente seus mecanismos de coerção, o que na prática, não tornou os indivíduos livres e nem autônomos, mas na verdade, o Estado se tornou um tutor de

seus cidadãos tal como os súditos poderiam ser de um rei, os fiéis de uma religião ou os membros de uma tribo para com o seu líder. Em última análise, o que a moderna concepção de Estado de fato foi capaz, foi de dar inteligibilidade às antigas práticas da pastoral.

## Referências

ADVERSE, Helton. Para uma Crítica da Razão Política: Foucault e a Governamentalidade. *Revista Estudos Filosóficos*, UFSJ-MG, n. 4, p. 1-25, 2010.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *Historia de la gubernamentalidad I. Razón de Estado, liberalismo y neoliberalismo* en Michel Foucault, Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Pontificia Universidad Javeriana-Instituto Pensar; Universidad Santo Tomás de Aquino, 2015.

FOUCAULT, M. *Sécurité, territoire, population. Cours au Collège de France. 1977-1978*. Paris: Gallimard/Seuil, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Marins Fontes, 2008.

SANTOS, Eleandro. M. Genealogia da governamentalidade em Michel Foucault. 2010. Dissertação (Mestrado) – UFMG, Belo Horizonte, 2010b.

SANTOS, Eleandro. Do governo pastoral à governamentalidade: crítica da razão política em Michel Foucault. *Revista PERI*, Santa Catarina, 2010a.

---

## Elvis de Oliveira Mendes

Mestre em Ética e Filosofia Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

---

## Vagner Acácio de Oliveira

Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais

---

## Endereço para correspondência:

Rua Damasquins Ramos Maciel, 118

Edf. Kennedy II, ap. 301

Bessa, João Pessoa, PB

58035-090